

Cristianizar: quem, por quem e por que

Desde 1950, o verbo "cristianizar" faz parte do jargão político brasileiro. Significa que o candidato "oficial" de um partido é esvaziado eleitoralmente por correligionários do próprio partido, a procura de maiores vantagens políticas. Como isto começou? Quem era este "Cristiano"? Que relevância tem agora em 1989? Quem são os Cristianos de hoje?

Cristiano Monteiro Machado, mineiro de Sabará, nascido em 1893, entrou para a política mineira pelas mãos do seu concunhado, Raul Soares, em 1922, e logo se tornou um prócer do Partido Republicano Mineiro (PRM). A sua participação na Revolução de 1930 em Minas, é até hoje controvertida, mas logo compôs com a vitória da Aliança Liberal e o governo provisório de Getúlio Vargas. Após, várias marchas e contra-marchas a favor e contra o novo governo, em 1933, elegeu-se constituinte pelo velho PRM, contra a situação mineira comandada por Benedito Valladares, em articulação com Vargas.

Em 1936, Valladares conseguiu aliciar seis elementos da bancada do PRM numa composição que elevou Cristiano Machado ao posto de Secretário da Educação e Saúde Pública em Minas, cargo este, que ocupou até a deposição de Vargas em 1945. Neste ano foi eleito constituinte novamente, desta vez pelo PSD mineiro, partido organizado pelos interventores getulistas, para organizar o apoio das máquinas políticas interioranas ao esquema varguista. Porém, em 1947, por ocasião da escolha do candidato do PSD ao governo de Minas, Cristiano caiu na dissidência contra a escolha de José Francisco Bias Fortes. Embora esta ala dissidente tenha apoiado a coligação vitoriosa (UDN-PR) encabeçada por Milton Campos, Machado ficou no PSD, e contribuiu para a conciliação liderada pelo presidente do PSD mineiro, Juscelino Kubitschek.

O ano de 1950 foi de grandes articulações políticas, pois, além da eleição presidencial, elegeram-se todos os governadores de estado. Em Minas, Juscelino conseguiu seu PSD pacificado com o PR e se lança candidato ao governo mineiro. A nível nacional, dois candidatos despontam — o ex-presidente Getúlio Vargas e o governador de São Paulo, Ademar de Barros. Nenhum destes dois merecia a simpatia do então presidente da República, Mar. Eurico Gaspar Dutra, presidente de honra do PSD que o havia eleito em 1945, embora Ademar, com grande astúcia, havia escolhido o genro de Dutra, como seu vice-governador.

A grande dúvida era se o PSD lançaria candidato próprio, ou se coligaria com Vargas. Para ocupar rapidamente este espaço, os líderes anti-Vargas ligados ao Presidente Dutra, impuseram o nome de Cristiano

Machado à convenção nacional do PSD, em 10 de junho, que não contou com a participação de todas as seções estaduais. As bancadas do PSD do Sul do país, preferiam o nome do senador Nereu Ramos, vice-presidente de Dutra, e considerando um líder de status nacional, embora eleito por um pequeno estado periférico — Santa Catarina. Esta convenção ainda autorizou a cúpula do PSD a oferecer o lugar de vice, na chapa, ao PTB. Sendo que, a esta altura, Vargas já havia selado a coligação PTB-PSD com Ademar de Barros, em troca do apoio de Vargas à candidatura de Ademar em 1955, o PSD firmou uma aliança com o PR.

A escolha de Cristiano Machado foi muito interessante por várias razões. Este discreto político mineiro não havia se destacado na política nacional, e nem era uma figura de prestígio e união dentro do próprio PSD mineiro. Mas serviu convenientemente como um "escudo" para que políticos locais, como o candidato do PSD ao governo mineiro, Juscelino Kubitschek, traçassem variados acordos a nível municipal, com o PSD, PTB, PSP e PR. Os aliados de JK estavam "liberados" para jurar fidelidade pública ao "seu" candidato à Presidência, Cristiano Machado, mas nas bases "trabalhar" a aliança PTB-PSD em favor de Getúlio Vargas e Juscelino. A mesma coisa ocorreu em vários outros estados, onde Vargas entendeu-se com as cúpulas locais do PSD, muitos dos quais foram ligados aos seus interventores antes de 1945. Nestes entendimentos com aqueles caciques rurais, que dominavam a política coronelista de então, Vargas prometeu não tentar estender seu incipiente "trabalhismo" e leis trabalhistas ao meio rural, e nada de reforma agrária.

Assim, nasce o verbo "cristianizar", ou o fenômeno de um político ser "cristianizado" por colegas do seu próprio partido.

Por que, então, se usa este termo na campanha presidencial de 1989? Em relação a quais candidatos? Este termo tem sido aplicado aos casos de Ulysses Guimarães do PMDB, e de Aureliano Chaves do PFL, mas por razões diferentes.

No caso de Ulysses, seu PMDB em 1989, apesar da saída dos tucanos em junho de 1988, ainda é um "partido frente", com um arco-íris de políticos deste a esquerda à direita. Dr. Ulysses foi a "síntese" que segurou este partido desde 1984, ao longo das brigas na Constituinte, mas desde a sua desastrosa tentativa de intervir na campanha municipal de 1988 em favor de candidatos do PMDB, ficou patente que não teria chances na corrida presidencial de 1989.

Na convenção nacional do PMDB, as forças conservadoras remanescentes do "Centrão" (os moderados que ainda apoiavam o governo Sarney) se aglutinavam em torno da candi-

datura do Ministro da Agricultura, Iris Rezende, enquanto os mais progressistas, históricos ou autênticos apoiavam o governador da Bahia, Waldir Pires, do "Novo PMDB". Por cima pairava outro "candidato síntese" capaz de levar o partido à vitória, ou pelo menos ao segundo turno — o governador de São Paulo, Orestes Quércia. Com o apoio de Quércia, que ficou no muro esperando 1994, Ulysses venceu facilmente a convenção. Mas, para quase todos, ficou patente que seria "cristianizado", sendo que na reta final da campanha seria abandonado pelos moderados e pelos progressistas, em favor de outras candidaturas com mais viabilidade eleitoral, sendo que estes peemedebistas estariam com os olhos voltados para 1990 nos seus estados. Os moderados nem tiveram a chance de "subir ao palanque do Dr. Ulysses no início da campanha, sendo que foram exorcizados pelo grupo de Waldir Pires.

O caso de Aureliano Chaves é um pouco diferente no PFL, que foi o único partido a consultar as suas bases para escolher seu candidato à presidência, numa eleição prévia nacional. Aureliano venceu facilmente esta consulta "popular", pois, era a grande figura nacional do PFL, sendo que liderou a dissidência liberal para fora do PDS em junho de 1984 e selou a Aliança Democrática com o PMDB de Tancredo Neves no mês seguinte. Tido como uma das "últimas reservas morais" do governo Sarney, abandonou o ministério muito tardiamente, e como Ulysses, ficou fortemente associado ao governo Sarney, aos olhos dos eleitores.

Escolhido na convenção nacional do PFL sob aparente consenso nacional, logo na campanha, Aureliano se viu abandonado pelos colegas de então, a ponto de vários destes, tidos como os "mais fiéis", tentarem uma manobra orquestrada pelo Palácio do Planalto de substituí-lo pelo empresário e animador televisivo Silvio Santos, na semana passada. Nem o Cristiano Machado sofreu tanto nas mãos dos seus correligionários.

É possível que este "golpe do baú" tenha atraído uma boa parte dos moderados do PMDB, mas sendo assim, este partido sobreviverá para disputar os governos estaduais em condições razoáveis em 1990, pois a candidatura Ulysses pelo menos serve para isto — preservar o PMDB para 1990. No caso do PFL, nem isto podemos dizer, pois este partido nasceu como uma dissidência liberal do partido do governo militar, e engordou-se de fisiologistas da pior espécie.

Cristiano Machado ainda obteve quase 25 por cento dos votos em 1950, mas é possível que Aureliano Chaves nem chegue a 5 por cento. Por isso, é provável que teremos de adotar um novo verbo para o jargão político brasileiro após o pleito de 1989 — "aurelianizar" ou "chavear".